

# APRESENTAÇÃO

Luis Alberto N. Alves

Os artigos que compõem o presente número da revista *Terceira Margem* estão divididos em dois grandes blocos. O primeiro reúne ensaios que procuram avaliar, de diversos ângulos, a obra de Rubem Fonseca, com ênfase para o peso da atuação do escritor no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES, 1962-72) sobre sua produção literária. O segundo segmento reúne ensaios sobre autores representativos da literatura brasileira moderna e contemporânea, em prosa e poesia, cujos estudos foram objeto de intensa discussão no VI Seminário de Cultura e Literatura Brasileira, promovido pelo Grupo Formação do Brasil Moderno na cidade de Paraty, Rio de Janeiro, entre os dias 08 e 12 de dezembro de 2008.

Como se sabe, os bons artigos dispensam apresentação. Em todo caso, gostaria de tecer alguns breves comentários sobre o Dossiê Rubem Fonseca, que à primeira vista destoa do que se costuma encontrar em revistas de estudos literários. Vamos a eles.

A perspectiva que orienta a maior parte dos trabalhos do Dossiê se nutre da monumental pesquisa desenvolvida pelo cientista político René Armand Dreifuss (1945-2003), que, pela primeira vez, estudou a fundo os documentos e as publicações do famigerado IPES, ponderando sua importância capital sobre a consumação do golpe de 1964. Antes da publicação de seu excepcional livro *1964: a conquista do Estado* (1981), era corrente na historiografia atribuir um movimento complexo e cheio de ramificações a uma iniciativa de militares descontentes com a orientação social do governo e com a quebra da hierarquia militar. Daí a preferência pela designação “ditadura militar”. Na contramão do senso comum, Dreifuss desentranhou uma história secreta envolvendo empresários “de grande espírito público”, setores conservadores da cúpula da Igreja Católica e militares de alta patente vinculados à Escola Superior de Guerra que, em estreita associação de classe, prepararam,

meticulosamente, a deposição do presidente João Belchior Goulart, consumada em 1º de abril de 1964. A trama era tão bem arquitetada que, na época, nem mesmo o atento deputado federal Eloy Dutra (PTB), autor do livro *IBAD: sigla da corrupção* (1963), conseguiu detectar as artimanhas de bastidores do IPES, “organismo sobre o qual não tenho nenhuma consideração a fazer, porque não possuo elementos de convicção a respeito, quer negativos ou positivos”, como admitiu em discurso pronunciado no Congresso Nacional em 23 de setembro de 1962. De uma perspectiva inédita, Dreifuss interpretou como ninguém esse processo que correu nas costas dos sujeitos. Mas o que nós, críticos literários e estudiosos da arte em geral, temos a ver com isso?

Parte da resposta a essa indagação pode ser encontrada no livro *Propaganda e política a serviço do golpe* que Denise Assis publicou em 2001. Nessa pesquisa valente e pioneira, a jornalista recuperou os filmes de propaganda que o IPES produziu, no início da década de 1960, como parte da campanha golpista contra Jango e seu projeto de Reformas de Base, que visava à ampliação da democracia no Brasil. A despeito de todas as contradições e hesitações que marcaram o ex-presidente, que levaram inclusive observadores atentos da época a comparar sua figura com a de Hamlet, absolutamente nada justifica a violência do ato que marcou o início da implantação da modernização conservadora e autoritária no país. Como um dos fundadores e membro da diretoria executiva do IPES, Rubem Fonseca emprestou sua inteligência e capacidade de ação para o sucesso da conspiração, acompanhando de perto a elaboração desses filmes em todas as suas etapas. Está feito o convite para a leitura. O resto fica por conta do leitor, que poderá responder, livremente, se toda essa história realmente interessa a críticos literários.

# Dossiê Rubem Fonseca

